

JORNAL DO



PCdoB

Classe

OPERÁRIA

Ano 85, sétima fase, nº 39, setembro de 2011



11 de setembro

**REVANCHE DOS EUA DEIXOU O
MUNDO MAIS INSEGURO E PERIGOSO**

A luta do povo não é “chapa branca”

Muita gente acusa, de má fé, entidades populares como as centrais sindicais, a UNE, MST e outras organizações do movimento social, de serem “chapa branca” e não saírem às ruas contra o governo, como ocorre em outros lugares, como no Chile, no norte da África ou na Europa, onde os manifestantes enchem as ruas para se defender contra políticas conservadoras que ameaçam a democracia e os direitos sociais.

O Brasil vive uma efervescência popular. Há mobilizações de amplos setores do povo em torno de um leque de reivindicações democráticas e populares, envolvendo os trabalhadores e as centrais sindicais, como a CTB, os trabalhadores rurais, professores, policiais e bombeiros, os estudantes, as mulheres, negros e quilombolas, povos indígenas, sem teto, homossexuais, luta pela democratização dos meios de comunicação, e pior aí vai.

Só por má fé ou miopia política alguém pode rotular

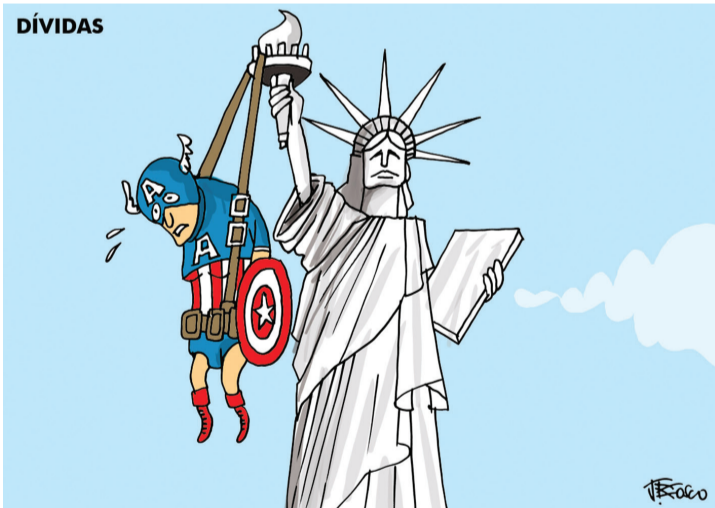
este amplo e múltiplo movimento popular como “chapa branca”, corporativo ou ligado a interesses obscuros.

O que define o caráter da luta do povo não é a adesão a um governo ou oposição a ele, mas a defesa de um programa de mudanças. O povo sai à rua justamente para, no quadro mutante que o país vive, exigir do governo federal coerência e compromisso com o programa de mudanças vitorioso na última eleição presidencial. É neste sentido que o movimento popular apoia o governo e quer mais, quer avançar.

É um programa comum aos vários segmentos do movimento social e que vai se consolidando. Ele precisa, agora, se desdobrar em um novo passo: a ação comum, unificada, do movimento social, das entidades do movimento popular e as centrais sindicais. Passo fundamental para o avanço do movimento e também para aumentar sua repercussão junto ao governo federal.

CHARGE

DÍVIDAS



EM AGOSTO...

...fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 15 trabalhadores submetidos à condição análoga à escravidão numa oficina de costura em São Paulo, onde produziam roupas para a grife Zara. É o chique manchado de sangue!

EXPEDIENTE

Proletários de todos os países, uni-vos! **Classe Operária**, jornal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). **In Memoriam** de João Amazonas **Secretário Nacional de Comunicação:** José Reinaldo Carvalho **Redação:** José Carlos Ruy (editor). **Jornalista responsável:** José Reinaldo Carvalho. **Diagramação:** Andocides Bezerra **Contato:** R. Rego Freitas, 192 - São Paulo - SP - CEP: 01220-010 **Tel.:** (11) 3054-1800 **E-mail:** classe@pcdob.org.br **www.vermelho.org.br/classe**



EM MANÁGUA, João Batista Lemos defende unidade na luta

Em busca de uma agenda comum

Sua base é: integração continental, e avançar e internacionalizar a luta

Cerca de 337 delegados de 134 organizações de trabalhadores de 27 países da América Latina e do Caribe reuniram-se de 25 a 27 de agosto, em Manágua (Nicarágua), no 4º Encontro Sindical Nossa América, que já entrou na agenda dos trabalhadores latino americanos e caribenhos, desde sua primeira edição, em Quito (2008), depois em São Paulo (2009) e Caracas (2010), consolidando-se como um importante “espaço de unidade, debate, reflexão e coordenação” do movimento sindical das Américas, para impulsionar a unidade de ação, solidariedade e luta dos trabalhadores.

Lá, os representantes da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - difundiram a luta unitária do

sindicalismo brasileiro pela construção da Agenda da Classe Trabalhadora, aprovada na Conclat de 1º de junho de 2010.

João Batista Lemos, dirigente da CTB e vice-presidente da Federação Sindical Mundial (FSM), defendeu a adoção de uma agenda comum para enfrentar a crise econômica do capitalismo. O caminho a ser seguido pelos trabalhadores, afirmou, está na relação Sul-Sul - em que os países da América Latina são atores fundamentais “A integração que vem sendo construída pelos governos progressistas da região, a

Trabalhadores debatem, em Manágua, um rumo unificado para a luta

partir das vitórias democráticas, deve servir de exemplo para os antiimperialistas de todo o mundo”, disse.

Esta agenda comum precisa ser definida a partir de três eixos, disse ele: 1- Avançar na luta pelas transformações sociais; 2 - Integração continental como estratégia para novas conquistas. 3 - Internacionalização da luta.

“A classe trabalhadora é mundial e não pode ficar isolada em cada país. É preciso estar ao lado dos africanos, dos europeus e dos povos de todo o mundo em suas lutas”, concluiu. ●

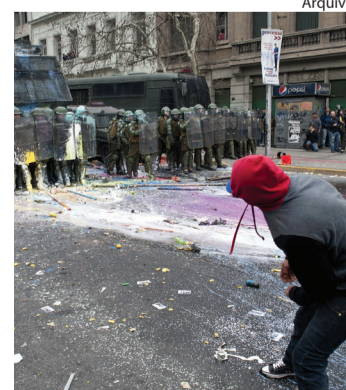
PROTESTO

No Chile, repressão mata estudante

Chile está convulsionado desde maio, quando os estudantes ocuparam as ruas do país exigindo a reforma do sistema de ensino que é baseado nas escolas particulares (e caras...). Em agosto a luta avançou com a incorporação dos trabalhadores, que fizeram uma greve geral de dois dias no final do mês. No dia 26 de agosto, o saldo

da repressão era sangrento: a polícia matou o estudante Manuel Gutierrez com um tiro no peito, prendeu 1.394 manifestantes e feriu 206.

Os trabalhadores e os estudantes exigem uma reforma na Constituição para abrir caminho à maior participação do Estado na educação e saúde e a uma reforma tributária para distribuir melhor a riqueza.



Algumas ações dos EUA contra os povos, desde o século 19

México - 1846 - 1848 – guerra provocada pela anexação do Texas pelos EUA.

Hawai - 1893 – Anexação aos EUA.

Filipinas - 1898 a 1910 – Na guerra da independência, contra os EUA, mais de 600 mil são massacrados.

Espanha - 1898 – Emergência dos EUA como potência imperalista.

Anexação de Porto Rico e Filipinas.

Panamá - 1901 - 1914 – EUA apoia a separação da Colômbia para a construção do Canal.

Nicarágua - 1912 - 1933 – Ocupação do país durante 20 anos.

Haiti - 1914 – Ocupação do país, que duraria 19 anos.

Cuba - 1917 - 1933 - Ocupação do país.

Rússia - 1918 - 1922 – Intervenção contra a revolução soviética.

China - 1922 - 1927 – Invasão, durante revolta nacionalista.

Porto Rico - 1950 – Soldados esmagam levante pela independência.

Coréia - 1950 - Início da guerra contra a República Democrática da Coréia (Norte).

Irã - 1953 - Deposição de Mohamad Mossadegh.

Guatemala - 1954 - Deposição do presidente Arbenz, que iniciou a Reforma Agrária.

Vietnã - 1955-1975 - Guerra do Vietnã.

Cuba - 1961 – Tentativa de invasão da baía dos Porcos.

Cuba - 1962 – Crise dos mísseis.

Indonésia - 1965 - Golpe de estado inicia a ditadura do general Suharto.

Granada - 1983 - 1984 - Assassinato do Primeiro Ministro Bishop e ocupação do país.

Panamá - 1986 – Invasão e prisão do presidente Manuel Noriega.

Iraque - 1990 - 1991 – Embargo econômico e, depois, invasão (Operação Tempestade no Deserto), conhecida como Guerra do Golfo.

Bósnia - 1993 - 1995 – Ataque aéreo durante guerra civil na Iugoslávia.

Afganistão - 1998 - Ataque a campos de treinamento de fundamentalistas islâmicos.

Iugoslávia - 1999 – Bombardeio de onze meses contra a Sérvia, forçando a rendição do presidente Slobodan Milosevic.

Afganistão - 2001 - Bombardeio de cidades afgãs. É o início da “guerra contra o terrorismo”.

Início da invasão e ocupação do Afeganistão.

Iraque - 2003 - Início da agressão contra o Iraque. Saddam Hussein é deposto (e depois executado) e a ocupação do país por tropas dos EUA ainda permanece.



A “versão do 11 de Setembro como ataque terrorista muçulmano justifica o massacre das populações civis em vários países muçulmanos e, internamente, um Estado policial.”

Paul Craig Roberts, ex-secretário assistente do Tesouro dos EUA

11 de Setembro

Agressões dos EUA deixam mundo mais inseguro

A pretexto de combater o terrorismo, os EUA ocuparam nações e agrediram povos, espalhando a insegurança

“**O**u você está conosco, ou estão com os terroristas. Deste dia em diante, qualquer nação que continue a abrigar ou apoiar o terrorismo vai ser considerada pelos Estados Unidos como um regime hostil” – foi assim que o presidente George Bush, em 20 de setembro de 2001 (nove dias depois do ataque ao World Trade Center, em Nova York) ameaçou aqueles que não apoiassem a chamada guerra contra o terrorismo, exigindo total apoio às ações dos EUA contra os povos.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 (que derubaram as torres do World Trade Center, em Nova York) completam dez anos sob uma enxurrada de badalações pró-americanas na mídia que oculta a complexidade daqueles acontecimentos.

Toda ação terrorista é condenável; é uma forma de luta distanciada das massas e quase sempre fere civis inocentes. Mas um ataque como o de 11 de setembro não pode ser visto como uma ação isolada: foi parte de uma guerra e uma resposta – condenável, é preciso repetir – a ações igualmente violentas e terroristas cometidas por tropas dos EUA contra nações desde o século 19. Neste sentido, o ataque de 11 de Setembro tem atrás de si uma longa história de agressões realizadas em todo o mundo por tropas dos EUA.

Um balanço provisório mostra que foram cerca de 130 ataques contra países estrangeiros desde a guerra contra o México em 1846 após a anexação do Texas aos EUA.

Há um padrão neste conjunto de agressões para defender os interesses geopolíticos, garantir suprimentos para a economia (particularmente petróleo) e defender os privi-

légios econômicos dos capitalistas dos EUA.

Mais de 50 delas ocorreram nas Américas Central e do Sul contra regimes democráticos e soberanos. Outra marca foi a reação contra o comunismo, com a proliferação de bases militares na Europa e Ásia para cercar a então União Soviética e a China Popular.

Uma terceira característica foi a submissão dos povos do Oriente Médio a governos dóceis aos EUA para garantir o acesso às fontes de petróleo. Estas agressões cresceram depois da década de 1950 e dos anos 70, quando os governos árabes reforçaram o controle sobre o petróleo. Foram quase trinta intervenções deste então, com guerras prolongadas para apoiar ditadores pró-EUA ou derrubar governos democráticos e nacionalistas, como no Irã em 1953. E também para garantir a integridade de Israel, a cunha do imperialismo e um feroz cão de guarda contra palestinos e demais nações árabes.

Unilateralismo dos EUA

Os ataques de 11 de setembro estão diretamente ligados a essas agressões imperialistas. Agentes dos EUA financiaram e fortaleceram as milícias fundamentalistas islâmicas (chamadas, então de “guerreiros da liberdade”) contra o governo democrático do Afeganistão na década de 1970 e, depois, usadas contra governos nacionalistas e soberanos. Após a derrota do regime democrático do Afeganistão, em 1979, as contradições com os EUA emergiram com feição religiosa e elas se refletiram numa espiral de violência da qual os ataques de 2001 fazem parte.

O unilateralismo dos EUA



NOVA York: Torres em chamas no 11 de setembro

As agressões americanas contra os povos se multiplicam desde o século 19. Elas estão na raiz da resistência dos povos

não era novo: em 1965 o Congresso dos EUA já havia reconhecido o “direito” do país intervir em qualquer nação. Era a época da ascensão da guerra do Vietnã, que terminou com a derrota americana em 1975.

Esse unilateralismo e o desprezo ao direito internacional cresceram depois de 2001, ameaçando a segurança e a estabilidade do mundo, que ficou mais perigoso devido às pretensões hegemônicas do imperialismo dos EUA.

Mesmo a crise econômica que se aprofundou-se desde 2007 está ligada àqueles acontecimentos. O preço do petróleo disparou de 28 dólares o barril em 2000 para 40 dólares em 2004 e mais de 100 dólares em 2008, ajudando a fertilizar o canteiro onde a crise floresceu.

A chantagem americana contra os povos traduziu-se ainda em ataques contra a de-

mocracia cujo epicentro era o próprio EUA, onde o Patriot Act, aprovado por Bush em 26 de outubro de 2001, foi um golpe contra as liberdades civis e deu amplos poderes para a polícia invadir residências, espionar, prender e torturar suspeitos, limitou o direito de defesa dos acusados, e permitiu que ações encarradas pelas autoridades como antigovernamentais fossem vistas como terroristas.

A interpretação do 11 de setembro como uma ação terrorista islâmica foi, desde então, o principal pretexto para a agressão aos povos no Oriente Médio como para a implantação do estado policial no território dos EUA. Quem afirma isto não é um militante antiamericano: é o economista Paul Craig Roberts, que foi editor do Wall Street Journal e secretário assistente do Tesouro dos EUA sob a presidência conservadora de Ronaldo Reagan. ●

Aumentos salariais acima da inflação

Mais de 90% dos acordos salariais no primeiro semestre tiveram ganho real

O fantasma que ronda a burguesia e os conservadores brasileiros, em nossos dias, tem nome e número: o nome é salário mínimo e o número é 13,6%. Este é o índice do aumento previsto para 2012, que elevará seu valor para algo em torno de 620 reais. Parece alto, mas continua muito abaixo daquele que seria necessário, segundo o Dieese, para permitir ao trabalhador o atendimento de suas despesas básicas e que, em agosto, deveria ser de 2.278 reais.

Já há uma gritaria na imprensa conservadora e nos partidos da direita contra este valor, que os porta-vozes dos patrões, e principalmente dos especuladores financeiros, consideram um “aumento” exagerado do mínimo. Eles reagem contra a proposta de orçamento da União para 2012 que o governo enviou para o Congresso Nacional. O valor do mínimo previsto resulta do acordo entre o governo Lula e as centrais sindicais, acertado em 2007, e transformado em lei por Dilma Rousseff este ano (Lei 12.382, de fevereiro de 2011),



CAMPANHAS salariais: a luta dos trabalhadores valoriza o salário

determinando que a correção do salário mínimo deve incluir a inflação do ano anterior mais a variação do PIB dos dois últimos anos. Tudo isso para recuperar o valor do salário mínimo e, com esse reforço do poder de compra dos trabalhadores, fortalecer o mercado interno.

Os conservadores alegam que a melhoria da renda dos trabalhadores ameaça a saúde

de financeira do país, levando ao excesso do consumo e ao aumento da inflação. O PPS, partido aliado aos tucanos e ao DEM, chegou a tentar, no STF, barrar aquela lei que favorece os trabalhadores, mas não conseguiu. O argumento contra o aumento do salário mínimo é cínico e não confessa o objetivo de manter os altos ganhos especulativos à custa da restrição do acesso popular a comida e bens que tornam a vida mais confortável.

Campanhas salariais

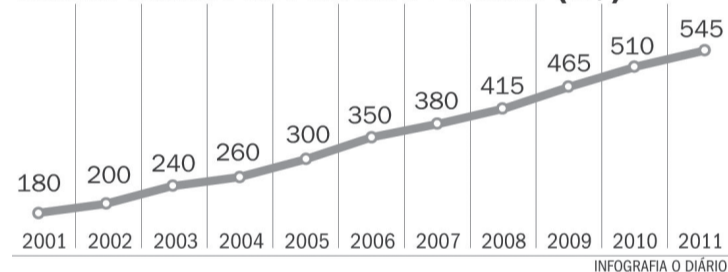
O desempenho das campanhas salariais na primeira metade deste ano revela que a chantagem contra os trabalhadores não teve êxito. Um levantamento do Dieese, que analisou 353 negociações salariais, mostrou que 93% delas tiveram aumentos salariais iguais ou acima da inflação (com aumentos reais, portanto). Esta é uma tendência que se mantém, com altos e baixos, desde 2003, quando começou o governo Lula (ver o gráfico nesta página) e, com ele, a recuperação do valor de compra dos salários.

Aquele levantamento mostrou também que os ganhos dos trabalhadores poderiam ter sido maiores – a maior parte das negociações salariais conseguiu aumentos pouco acima da inflação. É melhor do que ocorria antes, no período de Fernando Henrique Car-

doso, quando quase sempre a correção dos salários não conseguia sequer repor a perda inflacionária. Mas poderia ser melhor, com aumentos maiores – esta é a indicação feita pelo estudo do Dieese.

A luta pela reposição salarial condigna vai continuar na segunda metade do ano, quando ocorrem as campanhas salariais de algumas categorias fortes, como bancários, metalúrgicos, petroleiros e químicos. A chance delas também alcançarem aumentos reais, acima da inflação, é concreta, mas este resultado não cai do céu e depende da organização e da luta dos trabalhadores e do enfrentamento e denúncia do discurso de que salário causa inflação. ●

Salário mínimo nos últimos 10 anos (R\$)



A direita e os especuladores dizem que o salário provoca inflação. Mas não confessam que querem economia do governo para favorecer seus próprios interesses

Os salários cresceram menos do que a economia

Mesmo com a crise econômica mundial, há espaço para os salários crescerem, assegura o Dieese pois, diz seu coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, os ganhos salariais ocorridos nos últimos anos não acompanharam o crescimento da produtividade. Segundo ele, se o PIB crescer 4% em 2011, o avanço da economia de 2008 para cá terá sido três vezes maior do que o aumento real médio dos salários, que foi de 4,6% nestes três anos.

Os dados revelam, diz ele, que apesar dos bons

resultados, os reajustes de uma maneira geral estão muito próximos da inflação. Olhando os aumentos salariais mais de perto, pode-se perceber que os ganhos são reais mas modestos. A maior parte dos acordos salariais teve conquistas que ficaram entre 0,01 ponto percentual a 1 ponto acima da inflação, e só um em cada 14 (isto é, 7%) teve aumentos de 3 a 4 pontos acima da inflação. É verdade que os salários cresceram, mas a economia avançou mais e seus ganhos não se refletiram completamente no salário dos trabalhadores.



Soldado Sampaio (Francisco dos Santos Sampaio)

deputado estadual do PCdoB-Roraima e líder da greve dos soldados da PM de Roraima em 2009

POR QUE SOU PCdoB

Por ser um partido onde o trabalhador e a trabalhadora tem voz e vez. O PCdoB é um partido de liberdade de expressão, oportunidade de mudanças e espaço para ação e transformação. Sou PCdoB porque acredito na ideologia, na seriedade e na honestidade, como partido de lutas, na defesa dos direitos da classe trabalhadora, com segurança pública e justiça social. Em Roraima, o PCdoB tem contribuído na organização dos movimentos de massas; e com o mandato vem garantindo o fortalecimento do Partido em todo o Estado.



Acesse também o portal da esquerda bem informada www.vermelho.org.br



Saiba mais sobre o PCdoB e filie-se: www.pcdob.org.br